

# PERGUNTAS REFLEXIVAS, ÉTICA E COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA PARA O TRABALHO COM HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA

PREGUNTAS REFLEXIVAS, ÉTICA Y COMUNICACIÓN NO VIOLENTA PARA EL TRABAJO CON HOMBRES AUTORES DE VIOLENCIA

BRUNA KRIMBERG  
VON MUHLEN

REFLECTIVE QUESTIONS, ETHICS, AND NONVIOLENT COMMUNICATION FOR WORKING WITH MALE PERPETRATORS OF VIOLENCE

ADRIANO BEIRAS

*Universidade Federal  
de Santa Catarina,  
Florianópolis, SC, Brasil.*

**RESUMO:** O objetivo deste artigo é expandir as possibilidades metodológicas e teóricas, articulando as Perguntas reflexivas de Tom Andersen, o modelo convidativo de Alan Jenkins, focado na jornada paralela de tornar-se ético e Comunicação não violenta (CNV) de Marshall Rosenberg, com vistas a aprimorar o trabalho dos facilitadores nos grupos reflexivos para homens autores de violência. Embora existam semelhanças, é essencial reconhecer que essas práticas possuem fundamentos teóricos distintos. A CNV baseia-se na empatia e na identificação de necessidades humanas. Os Processos Reflexivos têm como foco a linguagem e diálogos internos. Já as contribuições do modelo convidativo e de tornar-se ético tem ênfase na desconstrução de narrativas violentas e na construção de alternativas baseadas em responsabilidade, ética e respeito. As práticas de Rosenberg e de Jenkins buscam promover a responsabilização e o questionamento de narrativas tradicionais de poder, hierarquia e masculinidade, já os processos reflexivos focam em recursos conversacionais e dialógicos.

**Palavras-chaves:** Grupos reflexivos; Metodologia; Práticas colaborativas e dialógicas.

**RESUMEN:** El objetivo de este artículo es ampliar las posibilidades metodológicas y teóricas, articulando las Preguntas Reflexivas, de Tom Andersen, el modelo invitacional, de Alan Jenkins, centrado en el camino paralelo de convertirse en ético, y la Comunicación No Violenta (CNV), de Marshall Rosenberg, con vistas a mejorar el trabajo de los facilitadores en grupos reflexivos para hombres autores de violencia. Si bien existen similitudes, es fundamental reconocer que estas prácticas tienen fundamentos teóricos diferentes. La CNV se basa en la empatía y la identificación de las necesidades humanas. Los Procesos Reflexivos se centran en el lenguaje y los diálogos internos. Los aportes del modelo invitacional y de convertirse en ético enfatizan la desconstrucción de narrativas violentas y la construcción de alternativas basadas en la responsabilidad, la ética y el respeto. Las prácticas de Rosenberg y de Jenkins buscan promover la rendición de cuentas y el cuestionamiento de las narrativas tradicionales de poder, jerarquía y masculinidad, mientras que los Procesos Reflexivos se centran en recursos conversacionales y dialógicos.

**Palabras clave:** Grupos reflexivos; Metodología; Práticas colaborativas y dialógicas.

**ABSTRACT:** The aim of this article is to expand methodological and theoretical possibilities by articulating Tom Andersen's Reflective Questions, Alan Jenkins' Invitational Model, which focuses on the parallel journey of becoming ethical, and Marshall Rosenberg's Nonviolent Communication (NVC), with a view to improving the work of facilitators in reflective groups for male perpetrators of violence. Although there are similarities, it is essential to recognize that these practices have distinct theoretical foundations. NVC is based on empathy and the identification of human needs. Reflective Processes focus on language and internal dialogues. The contributions of the invitational and becoming ethical model emphasize the deconstruction of violent narratives and the construction of alternatives based on responsibility, ethics, and respect. Rosenberg and Jenkins' approaches seek to promote accountability and questioning of traditional narratives of power, hierarchy and masculinity, while Reflective Processes focus on conversational and dialogical resources.

**Keywords:** Reflective groups; Methodology; Collaborative and dialogical practices.

<https://www.doi.org/10.38034/nps.v34i81.846>

Recebido em: 15/11/2024  
Aceito em: 25/02/2025



Este estudo surge a partir da prática com grupos de homens autores de violência contra mulheres e da necessidade de produzir fundamentos teóricos e metodológicos que auxiliem a facilitação grupal. A partir da popularização de algumas metodologias, especialmente a de grupos reflexivos de gênero do Instituto Noos (Beiras & Bronz, 2016) e do termo “grupo reflexivo” no Brasil, buscamos discutir e integrar neste estudo “algumas práticas colaborativas e dialógicas”, que possuem semelhanças e diferenças, mas que têm sido combinadas nas práticas reflexivas grupais sobre violências diversas e responsabilização. Estamos, portanto, referindo-nos às perguntas reflexivas do psiquiatra norueguês Tom Andersen (uma das bases teóricas e metodológicas dos grupos reflexivos de gênero do Instituto Noos, além de seus fundamentos bioecológicos e da educação popular de Paulo Freire), as contribuições do modelo convidativo focado na jornada paralela de tornar-se ético de Alan Jenkins, psicólogo australiano, e a teoria e prática da Comunicação Não Violenta (CNV) de Marshall B. Rosenberg, psicólogo americano que cresceu em um contexto de violência antissemita e tem sido popularizada em diferentes contextos, grupais, de casais e individuais, focada nas necessidades emocionais.

Os grupos reflexivos com homens autores de violência têm como objetivo promover reflexão e responsabilização, visando a construção de relações de gênero mais igualitárias. Esses grupos fundamentam-se em teorias que enfatizam as relações macroestruturais da violência, ancoradas em abordagens de gênero e teorias feministas. Tais teorias permeiam temas transversais em todos os encontros, como direitos humanos, interseccionalidade, cultura da violência e equidade de gênero. Seidler *et al.* (2019) destacam que a masculinidade está intrinsecamente ligada às relações de poder, ensinando aos homens que a expressão de emoções afetuosas é um sinal de fraqueza, o que os leva a práticas violentas sem reconhecimento dessas ações como tal. Desde cedo, meninos são ensinados a reprimir expressões emocionais vistas como femininas, exceto pela raiva (Ravazzola, 2007).

Para produzir novos conhecimentos, é necessário desconstruir ideias culturalmente aceitas como verdades absolutas (Spink, Menegon & Medrado, 2014). Comportamentos abusivos podem, por vezes, ser compreendidos como atos de amor e cuidado, especialmente quando formas saudáveis de afeto não foram vivenciadas, ou quando essas dinâmicas replicam padrões disfuncionais da infância. Em situações de violência, é essencial estruturar intervenções que garantam a segurança e interrompam os ciclos de agressão (Cardoso, Bertho & Paim, 2019).

Beiras (2014) sugere que os grupos reflexivos proporcionam aos homens a oportunidade de refletir sobre suas práticas, questionando as normas patriarcais que sustentam atitudes agressivas. Tais grupos, estabelecidos pela Lei Maria da Penha como medida protetiva, buscam romper o ciclo de violência e transformar a masculinidade hegemônica, promovendo novas formas de convivência baseadas no respeito e na igualdade de gênero. Ao integrar a responsabilização dos autores de violência com a prevenção de futuras violências, esses espaços contribuem para a construção de uma sociedade mais equitativa e não-violenta. Esses grupos valorizam a diversidade e a cidadania, promovendo uma visão crítica e complexa da realidade ao instigar reflexões que buscam transformar as subjetividades dos homens (Beiras & Bronz, 2016).

A facilitação dos grupos é realizada por uma dupla de profissionais, que promovem a escuta e a reflexão respeitosa da diversidade de falas (Beiras & Bronz, 2016). Uma das principais metodologias aplicadas é a do Instituto Noos, que adota uma perspectiva sistêmica bioecológica e construcionista social no trabalho com homens autores de violência. Inspirada pelos processos reflexivos de Andersen (1999), essa

metodologia também se baseia em perguntas que atentam à linguagem como produtora de realidades e na construção coletiva de novos significados.

A CNV, por sua vez, parte do princípio de que todos os seres humanos possuem necessidades que geram sentimentos, expressos através da comunicação (Rocha, 2017). Ela propõe uma prática para entender e combater a violência, destacando como nossos sentimentos e emoções afetam nossos comportamentos e, conseqüentemente, nossas relações. Para Rosenberg (2013), a CNV nos ajuda a viver de maneira que reflita como deveríamos nos relacionar uns com os outros.

O objetivo deste estudo é expandir as possibilidades metodológicas e teóricas, articulando essas práticas, dada a frequência de seu uso no contexto brasileiro, com vistas a aprimorar o trabalho dos/as facilitadores/as nos grupos. Buscamos fornecer suporte metodológico e realizar uma comparação entre estas bases teóricas que, apesar de amplamente utilizadas no Brasil, carecem de um aprofundamento adequado.

## GRUPOS

Um grupo vai além da soma de suas partes; a simples reunião de pessoas em um mesmo espaço não caracteriza um grupo (Amaral, 2007). Para que haja uma verdadeira troca, é essencial a construção de um vínculo e a sensação de pertencimento entre os participantes. Sem interação, o processo de reflexão se torna inviável. Apesar de muitos homens autores de violência (HAV) participarem desses grupos por encaminhamento judicial, isso não impede o desenvolvimento de vínculos. Por isso, o processo grupal é fundamental no trabalho com HAV, pois palestras ou reuniões informativas não geram a mesma reflexão, comprometimento e responsabilização necessárias para aqueles que cometeram atos violentos contra mulheres. É preciso que os participantes “formem” um grupo. Os Grupos Reflexivos para Homens Autores de Violência (GHAV) são direcionados a homens que, em sua maioria, não iniciaram voluntariamente um processo de repensar suas masculinidades, ao contrário dos grupos de masculinidade, frequentados por homens que já estão conscientes e engajados nesse tipo de reflexão.

Segundo um mapeamento nacional, as teorias mais utilizadas nos grupos de homens autores de violência são: 67% Estudos de Gênero, 63% Direitos Humanos, 58% Estudos de Masculinidades, 43% Psicoeducação, 31% Teorias Cognitivo-Comportamentais, 29% Sistêmica, e 26% Múltiplas Integradas. A terapia cognitivo-comportamental (TCC), por exemplo, alternativa aos modelos pró-feministas, entende a violência como um problema individual de pensamentos, crenças e condutas, mais do que uma questão de poder e controle. A intervenção visa modificar concepções errôneas da realidade através de técnicas como reestruturação cognitiva e controle da raiva. No entanto, a maioria dos programas exclusivamente cognitivo-comportamentais não abordam o gênero como fator relevante e político, desconectando o problema do contexto sociocultural e focando apenas no desenvolvimento de habilidades individuais (Pueyo & Echeburúa, 2010).

Por outro lado, Antezana (2012) destaca que o enfoque psicoeducativo pró-feminista propõe uma análise de gênero sobre a violência, reposicionando-a como uma questão social. Esse enfoque situa a violência de gênero no contexto das relações de poder e controle dos homens sobre as mulheres, inspirado na filosofia educacional de Paulo Freire. Ele acredita que as pessoas são capazes de questionar criticamente sua realidade, distinguindo o que é natural do que é culturalmente construído. A metodologia desse enfoque cria grupos psicoeducativos para homens, visando modificar

aspectos negativos do “eu” associados à masculinidade hegemônica (Connel, 1995), fruto da cultura patriarcal.

Este tipo de enfoque, explicado por Antezana (2012), é problematizado pela metodologia do Instituto Noos, por sua proposta do exercício da postura reflexiva. Problematizar, mas alinhando com autoras e autores pós-modernos/as. O Grupo Reflexivo de Gênero (Beiras & Bronz, 2016) se populariza como método e como nome. Embora utilize perguntas reflexivas sem impor verdades *a priori*, a popularização dessa prática resultou em versões massificadas e reducionistas, alinhadas a modelos educativos tradicionais e princípios da psicologia dominante (cognitivo-comportamental), comprometendo seus fundamentos originais (Lehmann & Simmons, 2009).

O enfoque construcionista e pró-feminista, como do Instituto Noos, considera os seres humanos como co-construtores proativos de suas realidades pessoais e sociais, levando em conta o contexto histórico e social em que estão inseridos. Esse enfoque explora a subjetividade como algo intrinsecamente relacional, entrelaçado com fatores sociais e políticos, especialmente as questões de gênero e interseccionalidade (Crenshaw, 1991). Assim, o gênero é entendido como um dispositivo de poder que organiza a vida social e subjetiva através de uma identidade normativa que molda as vivências pessoais e a identidade narrativa (Pujal & Amigot, 2010).

Nesse contexto, busca-se criar um ambiente de respeito e colaboração, que possibilite o diálogo com os homens sobre suas experiências e intenções, desafiando os privilégios masculinos e os padrões socioculturais que perpetuam a violência. O Modelo convidativo e de jornada paralela para tornar-se ético (Jenkins, 1990, 2011) oferece uma oportunidade para desconstruir esses padrões.

Os grupos reflexivos para homens autores de violência têm como objetivo gerar inquietações e reflexões, estimulando o questionamento de práticas que ainda não foram problematizadas. Tom Andersen (1999), em seus escritos sobre processos reflexivos em terapias, propôs a criação de um diálogo democrático e respeitoso, onde a reflexão resulta em mudanças significativas de sentimentos e significados, estimuladas por perguntas que abrem espaço para o debate, em vez de impor verdades absolutas. O termo “refleksion”, em norueguês, significa escutar, introjetar e só então responder. Esta prática de processos reflexivos em terapias com base construcionista tem sido amplamente usada para fundamentar o processo de reflexão grupal no Brasil, especialmente a partir da metodologia de grupos reflexivos de gênero difundida pelo Instituto Noos (Beiras & Bronz, 2016).

Esses grupos possibilitam discussões que ampliam a compreensão dos participantes sobre os temas abordados, oferecendo oportunidades de mudança. A metodologia ativa, baseada no compartilhamento de experiências e no ouvir o outro, é central para os processos de responsabilização e reflexão. A criação de acordos coletivos para o funcionamento do grupo e a escolha conjunta dos temas são essenciais para o sucesso dessa dinâmica (Beiras & Bronz, 2016).

A reflexão, como objetivo final do grupo, vai além da moralidade ou da simples troca de experiências, promovendo a construção coletiva de novos modos de pensar o mundo. Como um espelho, o processo reflexivo permite que os homens vejam sua própria imagem dentro da estrutura patriarcal e se disponham a ajustá-la. Esse tipo de contexto reflexivo exige uma articulação constante entre o que se pensa, sente e expressa em um diálogo contínuo com os demais (Andersen, 2022), bem como facilitadores preparados para manter essa postura ao longo de todo o trabalho (Beiras, Bronz & Schneider, 2020).

## PERGUNTAS REFLEXIVAS E RECURSOS PARA PROCESSOS DE REFLEXÃO EM GRUPO

A metodologia que guia a formação de grupos voltados para processos reflexivos foi desenvolvida pelo psiquiatra norueguês Tom Andersen (1999), pioneiro nas práticas terapêuticas reflexivas. Andersen destacava que a reflexão promove a movimentação de sentimentos e significados, mas somente através de questionamentos que incentivam discussões e ampliam repertórios, afastando-se de verdades absolutas. O estranhamento, neste contexto, é um recurso importante para a compreensão, facilitada pelo contato e troca entre os membros do grupo. Esses questionamentos são fomentados pela escuta de diferentes experiências dentro do grupo, gerando novas percepções e significados em torno de um mesmo tema (Beiras, Martins, Sommariva, & Hugill, 2021).

Na concepção dos escritos de Tom Andersen, perguntas inusitadas e que permitem múltiplas respostas abrem espaço para novas perspectivas. Por exemplo, ele sugeria questões como “Quem pode falar com quem sobre este assunto e de que maneira neste momento?”, uma forma de encorajar a reflexão e identificar quem deve participar da discussão. Um diferencial importante no trabalho de Tom Andersen é a auto-escuta dos diálogos internos para promover mudanças nas relações e na percepção de si mesmo. Ele destaca a importância da auto-observação para que as pessoas compreendam e percebam seus diálogos internos, permitindo que identifiquem como suas narrativas moldam suas ações e interações. Além disso, Andersen sublinha o papel central da linguagem nos processos de transformação, enfatizando que “a linguagem não é inocente”. Isso significa que as palavras que escolhemos podem abrir caminhos para diálogos mais produtivos e respeitosos ou, ao contrário, gerar fechamentos que dificultam o entendimento e a conexão. Essa perspectiva reforça a necessidade de usar a linguagem de forma consciente, especialmente em contextos de violência, onde ela pode ser tanto uma ferramenta de opressão quanto de libertação (Andersen, 2022).

Harlene Anderson (1993) complementa essa prática com a ideia de “não saber”, recomendando que os terapeutas se engajem em conversas genuínas e co-constroam soluções com seus clientes. Nessas interações, o objetivo não é julgar as diferentes perspectivas como certas ou erradas, mas dialogar para ampliar as possibilidades de interpretação e ação.

Outro importante nome nesse campo é o australiano Alan Jenkins, que desenvolveu um estilo terapêutico centrado no uso de perguntas reflexivas para ajudar os clientes a alcançarem uma compreensão mais profunda de si mesmos e de suas situações. Suas perguntas têm como objetivo explorar possibilidades, apoiar a autonomia do cliente e promover uma visão de futuro mais positiva, baseada nas próprias ideias e recursos internos dos participantes. Em vez de aceitar o convite do ofensor para buscar justificativas para seu comportamento, Alan Jenkins propõe uma prática que o convide a refletir sobre sua responsabilidade pelo abuso. Ele sugere perguntas como: “*o que o impediu de assumir a responsabilidade por seu comportamento abusivo? E o que o impediu de desenvolver relações sensíveis e respeitosas com a vítima e outros membros da família?*” (Jenkins, 1990).

Tais perguntas são exemplos de como as reflexões podem ajudar os participantes a reescreverem suas histórias, passando de um estado de frustração para um maior protagonismo nas suas próprias vidas. Essa postura mantém claro, no contexto terapêutico, que o comportamento abusivo é de total responsabilidade do ofensor, enquanto o encoraja a examinar as restrições que o levaram a agir de forma abusiva. Tais restrições podem incluir tradições socioculturais, padrões de interação que o ensinaram a delegar responsabilidades socioemocionais a outros, ou hábitos individuais.

Jenkins também trabalha com outros membros da família, convidando-os a desafiar padrões restritivos de relação sem atribuir responsabilidade pelo abuso a eles. Assim, é possível abordar as dinâmicas familiares sem deslocar a culpa do comportamento abusivo para as vítimas (Jenkins, 1990).

## COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA

A Comunicação Não Violenta (CNV), desenvolvida por Marshall Rosenberg, é uma prática que visa transformar a forma como as pessoas se comunicam, promovendo interações mais conscientes e compassivas. Em seu livro *Comunicação Não Violenta: Técnicas para Aprimorar Relacionamentos Pessoais e Profissionais* (2013), Rosenberg reflete sobre questões fundamentais, como o que nos desliga de nossa natureza compassiva e nos leva a agir de maneira violenta e o que faz com que algumas pessoas mantenham essa compaixão mesmo em circunstâncias difíceis. A partir dessas reflexões, ele desenvolveu a CNV, uma metodologia voltada para melhorar a forma como nos expressamos e escutamos os outros, com foco na conexão humana e na resolução de conflitos de forma pacífica.

A CNV propõe reformular a maneira como as pessoas se comunicam, trocando padrões automáticos de discurso por interações mais conscientes e baseadas na empatia. Segundo Rosenberg, essa forma de comunicação envolve quatro componentes principais: observação, sentimento, necessidade e pedido. Primeiramente, é necessário observar o que está acontecendo em uma situação sem fazer julgamentos, descrevendo os fatos de maneira objetiva. O segundo componente é identificar os sentimentos que surgem ao observar a situação, como mágoa, alegria, irritação ou medo. Em seguida, é preciso reconhecer quais necessidades estão ligadas a esses sentimentos, ou seja, quais expectativas ou desejos não estão sendo atendidos naquele momento. Por fim, o quarto componente é formular um pedido claro e positivo que expresse o que se deseja do outro para atender às necessidades identificadas, de forma que promova um diálogo compassivo.

Esses princípios são particularmente relevantes quando aplicados em contextos de grupos reflexivos com homens autores de violência. A CNV oferece uma estrutura que ajuda a desconstruir padrões comunicacionais problemáticos que muitas vezes sustentam comportamentos violentos. Ela pode ser um recurso poderoso para possibilitar a esses homens a identificarem e expressar suas emoções e necessidades de forma clara e sem recorrer à violência, promovendo uma comunicação mais empática e respeitosa. Em muitos casos, a violência surge como uma resposta inadequada a sentimentos e necessidades não reconhecidos ou não expressos de maneira saudável. No entanto, é essencial que o uso da CNV seja integrado a uma análise crítica das estruturas maiores que perpetuam desigualdades, como machismo, racismo e outras formas de opressão. Para evitar interpretações reducionistas ou individualistas, é necessário situar a CNV dentro de um contexto feminista e de justiça social, conectando a transformação pessoal à compreensão das dinâmicas estruturais que sustentam a violência e a desigualdade. Dessa forma, ela pode ser utilizada como um recurso que não apenas facilita mudanças individuais, mas também contribui para a construção de relações e sistemas mais equitativos.

Esse processo, aliado às práticas reflexivas, pode ser uma ferramenta poderosa para a transformação pessoal e a prevenção de futuras violências. A CNV, assim como as metodologias reflexivas de Tom Andersen, utilizadas em grupos que se inspiram na metodologia reflexiva de gênero do Instituto Noos, promovem o diálogo e a construção de novos significados por meio da escuta ativa e da empatia. Enquanto os

grupos reflexivos incentivam a troca de experiências e a autoanálise, a CNV oferece um caminho prático para que os participantes transformem suas formas de comunicação, criando um espaço seguro para que possam expressar suas vulnerabilidades sem o risco de julgamento.

Nos grupos reflexivos com homens autores de violência, o uso da CNV pode ser crucial para reduzir a resistência e defesas, que frequentemente são barreiras para o processo de mudança. Ao ajudar esses homens a se reconectar com sua natureza compassiva, a CNV permite que eles compreendam melhor suas emoções e necessidades e, por consequência, aprendam a se expressar de forma mais assertiva e não violenta. Isso não só facilita o processo de autotransformação, mas também contribui para o fortalecimento de relacionamentos mais saudáveis e igualitários.

Ademais, a CNV, com seu foco na empatia e na escuta ativa, possibilita que esses homens reconheçam a humanidade dos outros, o que é fundamental na construção de um mundo sem violência. Como aponta Rosenberg, a empatia e o reconhecimento das necessidades e sentimentos alheios são essenciais para reduzir os conflitos. Essa prática também ajuda a evitar o ciclo de culpabilização e julgamento, que muitas vezes leva à perpetuação de comportamentos violentos. Ao focar na escuta ativa e na compreensão das vulnerabilidades, tanto próprias quanto dos outros, a CNV promove um diálogo construtivo que pode ser aplicado de maneira eficaz nos grupos reflexivos com autores de violência.

Assim, a CNV não é apenas uma técnica para melhorar a comunicação, mas uma forma de promover mudanças profundas nas relações humanas, especialmente em contextos de violência. Quando aplicada em grupos reflexivos, ela pode transformar a maneira como os homens que perpetraram violência entendem e se relacionam com suas próprias emoções e as dos outros, oferecendo uma alternativa saudável e compassiva para lidar com conflitos e tensões.

## COMPARAÇÃO ENTRE AS PRÁTICAS

Para elaborar uma comparação entre as práticas da Comunicação Não Violenta (CNV), as perguntas reflexivas de Tom Andersen como possibilidades colaborativas e narrativas, e a perspectiva narrativa de Alan Jenkins, é necessário destacar como cada uma dessas teorias aborda a comunicação, os sentimentos e as necessidades presentes nos comportamentos e interações. Esses métodos são particularmente úteis no contexto de grupos reflexivos com homens autores de violência, onde o objetivo é promover a autorresponsabilização, a reflexão crítica e o desenvolvimento de empatia.

A essência da CNV é transformar interações que poderiam ser conflituosas em diálogos baseados na empatia e compreensão mútua. Como aplicar perguntas na CNV:

Observação: “O que você percebe na situação sem fazer julgamentos?”

Exemplo: “Notei que você chegou 15 minutos depois do horário combinado. O que aconteceu?”

Sentimento: “Como você se sente ao observar essa situação?”

Exemplo: “Como você se sentiu quando percebeu que estava atrasado?”

Necessidade: “Quais são as necessidades ou valores relacionados aos seus sentimentos?”

Exemplo: “O que você acha que estava faltando para que você conseguisse chegar no horário?”

Pedido: “O que você gostaria de pedir ao outro para melhorar a situação?”

Exemplo: “Você poderia se comprometer a avisar caso precise atrasar novamente?”

Esses exemplos de perguntas podem contribuir a criar uma base de comunicação que evita julgamentos e culpas, focando em como as pessoas podem expressar seus sentimentos e necessidades de forma compassiva e eficaz. No contexto dos grupos reflexivos, a CNV é útil para incentivar os participantes a expressarem suas emoções de maneira construtiva, sem recorrer à violência ou agressão verbal.

Já Tom Andersen, conhecido por sua metodologia reflexiva, desenvolveu um modelo colaborativo no qual o diálogo entre terapeuta e cliente é o principal agente de transformação. As perguntas reflexivas têm como objetivo facilitar o processo de autoexploração, promovendo novas formas de pensar e agir. Exemplos de perguntas reflexivas:

Explorando múltiplas perspectivas: “Como você acha que os outros enxergam essa situação?”

Exemplo: “O que você acha que sua parceira sentiu quando você agiu daquela forma?”

Ampliando a visão sobre si mesmo: “Como você se sente agora ao olhar para essa situação de outro ponto de vista?”

Exemplo: “Se você estivesse no lugar dela, como reagiria à mesma situação?”

Convite à autorreflexão: “O que você percebe como a maior dificuldade em assumir responsabilidade por seus atos?”

Exemplo: “O que está te impedindo de lidar com o impacto de suas ações na sua família?”

As perguntas reflexivas de Andersen, ao serem aplicadas em grupos de homens autores de violência, encorajam os participantes a olhar para suas ações de uma perspectiva diferente. A abordagem considera o impacto nos outros e abre espaço para a autorresponsabilização.

Por fim, Alan Jenkins, que trabalha com práticas narrativas e focadas na responsabilização de autores de violência, defende que, ao invés de focar nos fatores que “causam” o comportamento violento, os facilitadores de grupos devem guiar o participante para examinar suas escolhas e as consequências de seus atos. Exemplos de perguntas de Jenkins:

Convite à responsabilidade: “O que te impediu de assumir a responsabilidade pelo seu comportamento abusivo?”

Exemplo: “Por que você optou por agir dessa forma quando poderia ter feito diferente?”

Examinando as restrições: “O que te impediu de desenvolver um relacionamento mais respeitoso com sua parceira?”

Exemplo: “Que crenças ou ideias te levaram a pensar que você tinha o direito de tratá-la assim?”

Refletindo sobre o futuro: “O que sua versão futura diria sobre como lidar com essa situação?”

Exemplo: “Como você acredita que uma versão mais madura de você agiria agora, diante desse conflito?”

Jenkins busca incentivar os agressores a assumirem a responsabilidade por suas ações, com foco em suas escolhas e decisões, ao invés de permitir que justifiquem seus comportamentos atribuindo-os a fatores externos, como a cultura ou suas próprias vivências passadas. Essa prática é especialmente importante nos grupos reflexivos, pois impede que os participantes se posicionem como vítimas das circunstâncias e redireciona o foco para a mudança consciente e ativa de seus comportamentos, promovendo transformações.

Assim, comparando a CNV, os processos reflexivos de Tom Andersen e de Alan Jenkins, todas olham para as necessidades e sentimentos: Tanto a CNV quanto as

práticas reflexivas e narrativas incentivam a exploração dos sentimentos e necessidades subjacentes às ações e interações. A CNV é mais explícita em seu foco na identificação dessas necessidades como forma de evitar a violência, enquanto Andersen e Jenkins se concentram na reflexão sobre como as ações impactam os outros e na responsabilização pelas escolhas.

Embora todas as práticas promovam a empatia, Jenkins se diferencia ao enfatizar mais fortemente a responsabilização direta do agressor por seu comportamento, enquanto a CNV e as perguntas reflexivas promovem um espaço de compreensão e diálogo que pode ser útil para abordar conflitos de maneira menos confrontadora.

Na CNV, as perguntas seguem uma sequência clara de observação, sentimento, necessidade e pedido, promovendo uma comunicação não violenta e compassiva. Já Andersen e Jenkins utilizam perguntas mais abertas e reflexivas que incentivam o indivíduo a explorar múltiplas perspectivas e pensar de forma crítica sobre suas ações.

Cada uma dessas práticas tem grande potencial para ser usada em grupos reflexivos com homens que perpetraram violência, oferecendo ferramentas práticas para o facilitador. Usar perguntas como as sugeridas por Rosenberg, Andersen e Jenkins permite explorar as complexidades dos relacionamentos abusivos e das dinâmicas de poder, ao mesmo tempo em que promove a empatia, a responsabilização e a transformação pessoal.

Essas práticas podem ser combinadas, oferecendo recursos práticos e conversacionais que ajudam facilitadores a promover diálogos críticos e reflexivos. Além disso, os exemplos de perguntas podem servir como material prático para facilitar a comunicação e a reflexão crítica, essenciais no processo de transformação desses homens.

## SEMELHANÇAS TEÓRICAS E PRÁTICAS

A Comunicação Não Violenta (CNV), os processos reflexivos baseados em Tom Andersen e a prática narrativa de Alan Jenkins compartilham muitos princípios centrais, como a ênfase na empatia, na escuta ativa e na criação de um espaço livre de julgamentos. No entanto, apesar dessas semelhanças, existem diferenças epistemológicas e práticas que influenciam a maneira como essas práticas podem ser aplicadas em diferentes contextos.

Todas as três práticas destacam a empatia como um elemento central para a transformação nas interações humanas. Na CNV, a empatia é uma ferramenta explícita para facilitar a compreensão das necessidades e sentimentos subjacentes de ambas as partes envolvidas em um conflito. Os processos reflexivos, como os propostos por Andersen, utilizam a empatia para criar um espaço colaborativo, onde o indivíduo pode refletir sobre suas experiências sem medo de julgamento, possibilitando novas perspectivas. Alan Jenkins, em sua prática convidativa, utiliza a empatia como uma forma de aproximar o autor de violência das consequências de suas ações, embora com um foco mais direto na responsabilização.

Apesar de a empatia ser um fio condutor, há uma diferença em sua aplicação. Na CNV, a empatia é uma base constante, aplicada em todas as etapas da comunicação. Já nos processos reflexivos e na prática de Jenkins, a empatia é um ponto de partida para abrir espaços de diálogo, mas ela pode ser desafiada à medida que o facilitador explora questões de responsabilidade e poder.

Outra semelhança fundamental é o foco no não julgamento. A CNV incentiva a comunicação sem críticas, proporcionando um ambiente seguro onde os interlocutores podem expressar abertamente seus sentimentos e necessidades. Da mesma forma, os processos reflexivos de Andersen também valorizam o não julgamento,

permitindo que o indivíduo reflita sobre suas próprias experiências e percepções de maneira livre e aberta. Jenkins, embora se alinhe com essa premissa no sentido de evitar culpabilizações externas, adota uma postura mais ativa no questionamento das ações e na responsabilização do sujeito, falando de uma ética justa, explorando o senso de ética do outro e provocando o contraste de diferentes versões, contradições e semelhanças. No contexto prático, enquanto a CNV e Andersen trabalham para construir espaços de diálogo seguro desde o início, Jenkins introduz uma tensão produtiva no processo, em que o objetivo é evitar que a empatia se transforme em convivência com a violência ou desculpas. Portanto, a postura de não julgamento em Jenkins é balanceada com um convite à responsabilidade.

Jenkins equilibra a postura de não julgamento com um convite à responsabilidade ao criar um espaço terapêutico que combina empatia com confrontação respeitosa. Ele evita culpabilizar ou humilhar os agressores, mas os convida a refletir profundamente sobre seus comportamentos e a reconhecer os impactos de suas ações sobre as vítimas e outras pessoas ao seu redor. Por meio de perguntas reflexivas cuidadosamente formuladas, Jenkins desafia os participantes a examinarem as escolhas que fizeram e as crenças que sustentam seus atos violentos. Ao mesmo tempo, ele explora as restrições culturais, sociais e individuais que podem ter influenciado suas ações, sem permitir que essas justificativas desviem o foco da responsabilidade pessoal. Assim, a postura de não julgamento não significa complacência, mas sim um convite para que os agressores se engajem em um processo ativo de mudança, reconhecendo sua capacidade de escolher caminhos diferentes e mais respeitosos.

A CNV, os processos reflexivos e a prática narrativa compartilham o valor da autenticidade. Na CNV, isso se traduz em expressar sentimentos e necessidades de maneira clara e direta, promovendo transparência no diálogo. Nos processos reflexivos, a autenticidade surge à medida que as pessoas são incentivadas a revisitar suas próprias narrativas e interpretar suas histórias com maior clareza e profundidade. Jenkins valoriza a autenticidade ao desafiar as narrativas autorreferenciais e encorajar uma reflexão crítica sobre as próprias ações, especialmente em relação à violência e ao abuso.

## DIFERENÇAS TEÓRICAS E EPISTEMOLÓGICAS

Uma diferença epistemológica fundamental entre as práticas é como cada uma lida com a questão da responsabilidade. A CNV centra-se nas necessidades e sentimentos subjacentes às interações. Ela propõe que, ao identificar essas necessidades, as pessoas podem chegar a soluções colaborativas e não violentas. Nos processos reflexivos de Andersen, embora as necessidades e sentimentos sejam importantes, a metodologia não é prescritiva; em vez disso, busca abrir novas formas de reflexão, deixando que o significado emergja a partir das interações.

Já na prática de Jenkins, o foco é diretamente na responsabilização. Ele convida o HAV a reconhecer suas ações violentas e a explorar os motivos e escolhas que o levaram a tais comportamentos. Diferentemente da CNV, Jenkins não encoraja a discussão de fatores que poderiam ser usados para justificar ou atenuar o comportamento abusivo. Portanto, enquanto a CNV e os processos reflexivos tendem a ser mais colaborativos e exploratórios, Jenkins adota uma postura mais confrontativa no sentido de não permitir que a narrativa do HAV esconda sua responsabilidade.

Os processos reflexivos e a CNV têm uma base colaborativa e, em muitos aspectos, construcionista, pois ambos buscam promover a construção conjunta de entendimento e soluções por meio do diálogo e da escuta ativa. O enfoque construcionista

acredita que a realidade é construída nas interações, e tanto os processos reflexivos quanto a CNV visam criar um espaço seguro e respeitoso para que as pessoas possam refletir sobre suas experiências, questionar suas percepções e, assim, desenvolver novas formas de se relacionar e compreender as situações, com a intenção de gerar transformações positivas nas dinâmicas interpessoais. Eles partem do princípio de que as soluções emergem da interação aberta entre os envolvidos, onde múltiplas perspectivas são exploradas e compreendidas. Jenkins, por sua vez, está mais alinhado a auxiliar os homens a encontrar uma base ética, onde as histórias que as pessoas contam sobre si mesmas são constantemente moldadas pelo poder e pelas relações sociais. No trabalho com homens, Jenkins foca em desconstruir narrativas que permitem o uso de violência e promover a criação de novas histórias baseadas na responsabilidade e respeito.

## APLICAÇÃO PRÁTICA E INTEGRAÇÃO DAS PRÁTICAS

As práticas podem ser usadas de forma complementar em muitos contextos, particularmente em ambientes terapêuticos ou psicoeducativos. Por exemplo, no trabalho com grupos reflexivos de homens que perpetraram violência, pode-se começar utilizando a CNV para criar um espaço seguro e não confrontativo, onde os participantes possam expressar seus sentimentos e necessidades de maneira aberta. Esse espaço inicial de empatia pode preparar o terreno para uma exploração mais profunda e crítica, utilizando perguntas reflexivas para desafiar perspectivas e estimular uma maior autorreflexão.

Posteriormente, a prática de Jenkins pode ser introduzida quando o facilitador sente que o grupo está preparado para lidar com questões mais difíceis de responsabilidade e poder. Jenkins ajuda a manter o foco na transformação pessoal, evitando que a empatia seja usada como desculpa ou que os participantes evitem suas responsabilidades.

Por outro lado, há contextos em que a integração dessas práticas pode ser problemática. Por exemplo, no trabalho com HAV, o foco da CNV nas necessidades pode inadvertidamente desviar a atenção da responsabilidade do autor de violência, se não for equilibrado com a ênfase na responsabilização. Nesse sentido, a prática de Jenkins não é facilmente compatível com o foco primário da Comunicação Não Violenta (CNV), que busca construir consenso sem necessariamente impor responsabilidade direta desde o início. Jenkins enfatiza a necessidade de considerar as estruturas de desigualdade de gênero e como essas influenciam os comportamentos violentos, incluindo a generificação das emoções, onde homens são socializados a reprimir vulnerabilidades e expressar poder através da violência ou do controle. Ele reconhece que a prática não é neutra em relação a essas construções de gênero e emoções, sendo fundamental que o trabalho terapêutico aborde essas dinâmicas estruturais. Assim, enquanto a CNV foca na mediação e na construção de pontes empáticas, a prática proposta por Jenkins prioriza a autorresponsabilização dentro de um contexto mais amplo de análise crítica das desigualdades e padrões de poder que sustentam a violência.

De maneira semelhante, a exploração aberta e colaborativa dos processos reflexivos pode ser incompatível com a necessidade de confrontar diretamente o comportamento abusivo, como propõe Jenkins. Embora a abertura à autorreflexão seja útil, a intervenção em casos de violência exige um foco mais direto e ativo na mudança de comportamento, algo que nem sempre está presente nas práticas puramente reflexivas.

A CNV, os processos reflexivos e a prática narrativa de Alan Jenkins compartilham muitos princípios centrais, como a empatia, o não julgamento e a escuta ativa. No

entanto, suas diferenças epistemológicas e práticas tornam importante selecionar quando e como essas práticas podem ser usadas em conjunto. Enquanto a CNV e os processos reflexivos colaborativos promovem um espaço de diálogo aberto e seguro, Jenkins introduz uma necessária confrontação com a responsabilidade pessoal, especialmente no trabalho com autores de violência. Cada uma dessas práticas oferece recursos que podem ser integrados estrategicamente, mas sempre com atenção às necessidades e limitações específicas de cada contexto.

## CONCLUSÕES

As teorias da Comunicação Não Violenta (CNV) e dos processos reflexivos possuem conexões importantes, apesar de partirem de bases teóricas distintas. Ambas compartilham a visão de que a linguagem é central para a construção de significados e para promover reflexão, mas utilizam esse princípio de maneiras complementares. A CNV, focada na empatia e no não julgamento, e os processos reflexivos, centrados na exploração de significados a partir de perguntas que convidam à reflexão, oferecem caminhos para uma comunicação transformadora. Ao compreender a linguagem como construtora de realidades, essas práticas nos mostram que o modo como usamos as palavras não é apenas uma técnica, mas uma postura que influencia profundamente as interações humanas.

O treinamento na utilização prática dessas práticas é fundamental para o trabalho com grupos, especialmente no contexto de GHAV. O facilitador deve estar atento a como formular suas perguntas e interagir com os participantes, baseando-se nos princípios do construcionismo social. Perguntar de maneira reflexiva não é apenas um recurso de comunicação, mas uma prática e posicionamento que promove a auto-observação e a responsabilização, havendo necessidade de grande atenção a linguagem e seus efeitos, tendo cuidado com o jeito que se usa a linguagem, o tom, as aberturas e fechamentos para o diálogo. Em um espaço onde os homens possam falar sobre si e a partir de si, como proposto nos GHAV, o facilitador deve garantir que o processo de diálogo ocorra sem julgamentos, como defende a CNV. Esse suporte cria condições para que reflexões significativas emergam e as narrativas pessoais possam ser exploradas de forma segura e responsável.

No entanto, deve-se evitar extremos como visões reducionistas, morais, ou que reforcem uma única verdade. Os facilitadores precisam desenvolver habilidades essenciais, como empatia, escuta ativa e formulação de perguntas reflexivas, para guiar os participantes sem impor julgamentos. O uso da linguagem construcionista, como discutido nas práticas, é um recurso valioso que, quando bem empregado, facilita a criação de novos significados e de uma compreensão mais profunda das relações e dos sistemas de poder que permeiam a violência de gênero.

Além disso, os facilitadores devem estar cientes de sua própria postura e do impacto que suas intervenções têm no grupo. A figura do facilitador é crucial para conduzir as interações de forma que elas gerem reflexões genuínas e promovam um ambiente de responsabilização, permitindo que os homens reflitam sobre suas ações sem se sentirem atacados ou moralmente condenados. Para garantir que nenhum detalhe seja perdido e que o grupo atinja seus objetivos, recomenda-se a participação de mais de um facilitador ou facilitadora, bem como o uso de disparadores de conversas e sínteses dos encontros, que ajudam a manter o foco nos processos reflexivos e educacionais (Beiras *et al.*, 2021).

Conclui-se, portanto, que tanto a CNV quanto os processos reflexivos e processos narrativos e responsabilizantes oferecem práticas fundamentais para o trabalho com

homens autores de violência, e também famílias e casais em situação de violência, desde que aplicadas de maneira estratégica e cuidadosa. Esses recursos, quando bem empregados, não são receitas prontas, mas uma postura que busca promover a reflexão e a transformação, gerando espaços onde a comunicação construtiva e responsável possa efetivamente transformar vidas e relações.

## REFERÊNCIAS

- Amaral, V. L. do.** (2007). *A dinâmica dos grupos e o processo grupal*. Natal: EDUFRN.
- Andersen, T.** (1999). *Processos reflexivos*. Rio de Janeiro: Instituto Noos.
- Andersen, T.** (2022). A linguagem não é inocente (Rosa Maria Bergallo, Trad.). *Nova Perspectiva Sistêmica*, 31(73), 6–11.
- Anderson, H.** (1993). “On a roller coaster: A collaborative language systems approach to therapy.” *The new language of change: Constructive collaboration in psychotherapy*: 323-344.
- Antezana, A. P.** (2012). “Intervenção com homens que praticam violência contra seus cônjuges: reformulações teórico-conceituais para uma proposta de intervenção construtivista-narrativista com perspectiva de gênero”. *Revista Nova Perspectiva Sistêmica*, n. 42, p. 9-25.
- Beiras, A.** (2014). *Relatório mapeamento de serviços de atenção grupal a homens autores de violência contra mulheres no contexto brasileiro*. Rio de Janeiro: Instituto Noos.
- Beiras, A., Bronz, A., & Figueiredo Schneider, P. de** (2020). Grupos reflexivos de gênero para homens no ambiente virtual-primeiras adaptações, desafios metodológicos e potencialidades. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 29(68), 61-75.
- Beiras, A., & Bronz, A.** (2016). *Metodologia de grupos reflexivos de gênero*. Rio de Janeiro: Instituto Noos, p. 61-75.
- Beiras, A., Martins, D. F. W., Sommariva, S. S., & Hugill, M. S. G.** (2021). Recomendações e critérios mínimos para a realização de grupos reflexivos para homens autores de violência contra mulheres - indicações ao conselho nacional de justiça a partir de mapeamento e estudo nacional. In: *Grupos reflexivos e responsabilizantes para homens autores de violência contra mulheres no Brasil: mapeamento, análise e recomendações*. Florianópolis: Centro de Estudos Jurídicos (CEJUR).
- Cardoso, B. L. A., Bertho, M. A. C., & Paim, K.** (2019). Até que a morte nos separe: A contribuição da cultura para a manutenção de esquemas iniciais desadaptativos em relacionamentos abusivos. In: Paim, Kelly; Cardoso, Bruno Luiz Avelino (org.). *Terapia do esquema para casais*. Porto Alegre: Artmed.
- Connel, R. W.** (1995). Políticas da masculinidade. *Educação & realidade*, 20(2).
- Crenshaw, K.** (1991). Race, gender, and sexual harassment. *Cal. L. Rev.*, 65, 1467.
- Jenkins, A.** (1990). *Invitations to responsibility: The therapeutic engagement of men who are violent and abusive* (pp. 18-63). Adelaide, Australia: Dulwich Centre Publications.
- Jenkins, A.** (2011). Ethical practice and narratives of resistance to violence: Becoming resilient part 2. *Australian and New Zealand Journal of Family Therapy*, 32(4), 271-282.
- Lehmann, P., & Simmons, C. A.** (2009). The state of batterer intervention programs: An analytical discussion. In P. Lehmann & C.A. Simmons (eds.) (2009). *Strengths-based batterer intervention: a new paradigm in ending family violence*. EUA: Springer Publishing, Inc.
- Pueyo, A., & Echeburúa, E.** (2010). Valoración del riesgo de violencia: instrumentos disponibles e indicaciones de aplicación. *Psicothema*, Universidad de Barcelona y Universidad del País Vasco, 22(3), 403-409.

- Pujal, M., & Amigot, P.** (2010). El binarismo de género como dispositivo de poder social, corporal y subjetivo. *Quaderns de Psicologia*, 12 (2), 131-148.
- Ravazzola, M. C.** (2007). Violência nas relações familiares. *Pensando Famílias*, 11(1), 11-28.
- Rocha, C. R.** (2017). *Manual de comunicação não violenta para organizações*. Brasília: Universidade de Brasília.
- Rosenberg, M. B.** (2013). *Comunicação não-violenta: técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais* (2ª ed., Vilella, M. Trad.). São Paulo: Ágora. (Trabalho original publicado em 2006).
- Seidler, Z., Rice, S. M., Dhillon, H. M., & Herrman, H.** (2019). Why it's time to focus on masculinity in mental health training and clinical practice. *Australasian Psychiatry*, 27(2), 157-159.
- Spink, M. J., Menegon, V. M., & Medrado, B.** (2014). Oficinas como estratégia de pesquisa: articulações teórico-metodológicas e aplicações ético-políticas. *Psicologia & Sociedade*, 26, 32-43.

---

## BRUNA KRIMBERG VON MÜHLEN

Pós-doutoranda FAPESC/UFSC na área de masculinidade. É doutora em psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Realizou doutorado sanduíche na The University of Sydney, Austrália, com bolsa da CAPES. Docente na CESUSC. Foi docente substituta na Universidade Federal de Santa Catarina. Foi docente na Universidade de Caxias do Sul desde 2016 a 2022, professora colaboradora do mestrado profissional em psicologia na mesma universidade e coordenadora do curso de especialização em psicologia sistêmica na UCS. Perita para o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Especializada em psicoterapia sistêmica de família e casal/sexualidade no Domus - Centro de terapia de casal e família. Treinada pelo Mental Research Institute, em Palo Alto, Califórnia. Formada em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, com mobilidade acadêmica na Universidad Autonoma de Madrid. Concluiu seu mestrado em psicologia social com a bolsa CNPq, e o doutorado com bolsa CAPES. E-mail: brunakm.psic@gmail.com  
<https://orcid.org/0000-0003-4360-478X>

## ADRIANO BEIRAS

Psicólogo. Psicoterapeuta individual, de Casais e Famílias. Supervisor Clínico. Professor do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina e também do Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas (UFSC). Professor de diferentes cursos de Formação em Terapia de Casais e de Famílias no país. Doutor Europeu em Psicologia Social pela Universidade Autônoma de Barcelona (UAB), Espanha. É bolsista Produtividade do CNPq. Coordenador do Núcleo de Pesquisas Margens (Modos de Vida, Família e Relações de Gênero), na UFSC. Colaborador do Instituto Noos-SP. E-mail: adrianobe@gmail.com  
<https://orcid.org/0000-0002-1388-9326>